

CANUDOS REVISITADO: UMA BREVE ANÁLISE DO QUE FOI A UTOPIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO, AMEAÇA À CONSOLIDAÇÃO DO PODER DA REPÚBLICA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Yzy Maria Rabelo Câmara¹

Yls Rabelo Câmara²

Resumo

O presente artigo trata de uma breve revisão bibliográfica acerca do movimento sertanejo de resistência ocorrido nos primórdios do período republicano, a Guerra de Canudos. A escolha deste tema deveu-se ao fato de o mesmo ter surgido em um momento de ebulição social e de transição da Monarquia para a República, onde descontentamentos afloraram insurreições que entraram para nossa História como um primeiro passo rumo à democracia. Atendendo às exigências deste número da Revista Entrelaces, focada no tema “A literatura no Sertão: diálogos e intertextos no regionalismo”, em uma homenagem póstuma a Ariano Suassuna, cremos que estaremos contribuindo para revisitar este panorama de inquietação popular, de reconstrução ideológica e de destruição da mesma por parte do poder público. Para apoiar nossas considerações históricas, baseamo-nos em teóricos do quilate de Iser (2008), Hermann (1996), Silva (2001) e Rodrigues (2006). Primeiramente oferecemos uma visão panorâmica do Brasil à época da Guerra de Canudos e como a religião podava os interesses de classe. Em seguida apresentamos a figura de Antônio Conselheiro, sua atuação como líder religioso no arraial que fundou, como ambos se tornaram uma ameaça nacional quando a eles se juntaram mais de vinte mil pessoas e a intervenção do aparelho repressor do Estado que os dizimou a todos. Por último ainda que não menos importante, fazemos uma análise sucinta da importância de Canudos, de Antônio Conselheiro, do romance regionalista, do sertão e da cultura nordestina para a Literatura Brasileira e para Ariano Suassuna.

Palavras-chave: Canudos, Antônio Conselheiro, Sertão, Regionalismo.

Resumen

El presente artículo trata de una breve revisión bibliográfica acerca del movimiento *sertanejo* de resistencia que ocurrió a principios del periodo republicano, la Guerra de Canudos. Se eligió el tema porque el mismo surgió en un momento de efervescencia social y de transición de la Monarquía para la República, donde los descontentamientos afloraron rebeliones que entraron para nuestra Historia como el primer paso hacia la democracia. Atendiendo a las exigencias de este número de la Revista Entrelaces, cuyo tema es “A literatura no Sertão: diálogos e intertextos no regionalismo”, que también rinde un homenaje *in memoriam* a Ariano Suassuna, creemos que estaremos contribuyendo para revisitar este panorama de inquietud popular, de reconstrucción ideológica y de destrucción de la misma por el poder público. Para apoyar nuestras consideraciones históricas, nos hemos basado en expertos como Iser (2008), Hermann

¹ Yzy Maria Rabelo Câmara é psicóloga pela Universidade de Fortaleza, assistente social pela Universidade Estadual do Ceará e mestra em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. yzyrabelo@hotmail.com.

² Yls Rabelo Câmara é licenciada em Letras (Português/ Inglês) pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em ensino de línguas estrangeiras (Inglês) pela mesma universidade, mestra e doutoranda em Filologia Inglesa pela Universidad de Santiago de Compostela. ylscamara@hotmail.com.

(1996), Silva (2001) y Rodrigues (2006). Primeramente ofrecemos una visión panorámica de Brasil en la época de la Guerra de Canudos y cómo la religión limitaba los intereses de clase. Enseguida presentamos la figura de Antônio Conselheiro, su actuación como líder religioso en el sitio que fundó, como ambos se hicieron una amenaza nacional cuando a ellos se les juntaron más de veinte mil personas y la intervención del aparato represor del Estado que los mató a todos. Por último, pero no menos importante, hacemos un análisis sucinto de la importancia de Canudos, de Antônio Conselheiro, de las novelas regionales, del *sertão* y de la cultura nordestina para la Literatura Brasileña y para Ariano Suassuna.

Palabras Clave: Canudos, Antônio Conselheiro, *Sertão*, Regionalismo.

1 UM BRASIL DE MUITOS BRASIS NO SÉCULO XIX

O idioma ia ser nordestinense, a bandeira de renda cearense, "Asa Branca" era o hino nacional. O folheto era o símbolo oficial; a moeda, o tostão de antigamente; Conselheiro seria o inconfidente; Lampião, o herói inesquecido. Imagine o Brasil ser dividido e o nordeste ficar independente... (Ivanildo Vila Nova e Bráulio Tavares).

Brasil, a sexta potência econômica mundial; país de dimensões continentais, habitáculo de riqueza mineral e hídrica, de fauna e flora profusas, ainda que marcado pela égide da extrema desigualdade social que nos caracteriza como um país terceiro-mundista. A História de nosso povo está, em muito, permeada pela questão agrária e a luta camponesa é uma constante no panorama histórico nacional devido à concentração latifundiária em poucas e poucas mãos. Segundo Barreto (1990), a exploração do homem do campo é histórica, na mesma proporção em que também é histórica a violência nas relações sociais que determinam esta exploração: "Nesta guerra subterrânea, no entanto, o camponês nunca se acovardou, e somente à custa de seu sangue tem mantido e conquistado algum espaço que lhe assegure o mínimo de dignidade para a sobrevivência e a continuidade da própria luta" (BARRETO, 1990, p. 24). Em função desta realidade, muitos são os problemas ligados a esta problemática como o não aproveitamento a contento dos recursos naturais disponíveis, a utilização desproporcional das melhores terras para a monocultura de exportação, assim como a migração de populações rurais para os aglomerados urbanos.

A bem da verdade, a segunda metade do século XIX trouxe consigo um surto de desenvolvimento aliado a um intenso processo de mudanças sócio econômicas. Com o crescimento das cidades, surgiu também a necessidade premente da implementação de companhias de navegação, transporte, iluminação a gás e comunicação, entre outros aspectos básicos de infraestrutura para um país em vias de

desenvolvimento. O advento da República em 1889 estava inserido no contexto do poder oligárquico, clientelista e coronelista, atendendo com prontidão aos interesses de elites rurais em detrimento da massa desprovida de recursos financeiros. A estrutura da economia brasileira naquele momento histórico estava fundamentada primordialmente no latifúndio, com predominância da monocultura.

No que se refere ao âmbito econômico nacional, precisamente no sudeste do país, o café provocava profundas alterações, entre as quais, a introdução de mão de obra assalariada imigrante na lavoura, investimentos no comércio e nos serviços portuários. A modernização da agricultura tendo por base as usinas e a concentração da terra nas mãos de poucos fazia com que os sertanejos necessitassem trabalhar nas terras dos oligarcas para sobreviver, tendo que submeter-se à exploração de sua força de trabalho e à total falta de respeito para com seus direitos trabalhistas ainda inexistentes.

Em termos de nordeste, a implantação do sistema republicano pouco ou nada alterou a expectativa de melhoria das condições de vida do povo sertanejo. A economia nordestina estava fundamentada essencialmente na agricultura e na pecuária. Esta região, no entanto, perdeu muito de sua importância econômica devido ao infortúnio de secas devastadoras e consecutivas, em especial a grande seca de 1877 a 1879. Sendo assim, o nordeste, massacrado pela miséria ocasionada pelos grandes períodos de estiagem e pela inescrupulosidade de uma minoria que detinha o poder, acabou se tornando um importante celeiro de manifestações nem sempre pacíficas.

Resumidamente, podemos afirmar que existiam dois “brasis” dentro de nosso país àquela época: o Brasil litorâneo (avançado em termos de civilidade e cultura, refinado) e o Brasil sertanejo (atrasado culturalmente, tosco e pobre). Conforme Iser (2008, p. 15):

O Brasil do século dezenove procurava se inserir no admirável mundo novo da técnica e do individualismo como valor político e social. Mas, como é sabido, movia-se com dificuldade, preso por amarras estruturais, enquanto a sociedade saía do regime monárquico, agrário-exportadora e escravista. Era em si própria uma sociedade "entre" a modernidade anunciada e trazida pelas máquinas e pelo liberalismo, mas também definitivamente refém do relativo isolamento colonial e do mundo das hierarquias fixas.

Diferenças de toda ordem entre os "coronéis" e as grandes massas rurais que já perduravam desde o Império eclodiram em revoltas que marcaram o primeiro decênio do período republicano. Quanto à questão religiosa, a Igreja estava passando por um momento bastante crítico desde que a Maçonaria, o Marxismo, o Positivismo e o Liberalismo começaram a ameaçar subtrair-lhe poder político, a partir de justificativas

racionais para explicar o dogmático sobre a fé. Foi neste contexto que algumas decisões peremptórias foram tomadas para que este poder não escorregasse para “mãos inaptas”.

2 A RELIGIÃO COMO RESPOSTA AOS INTERESSES DE CLASSE

Com o Concílio Vaticano I (1869-1870) a Igreja tenta resgatar adeptos recém perdidos a partir da reação que ficou conhecida como romanização, onde era esperada uma atitude de completa subserviência dos fiéis à hierarquias clericais, além do monopólio das interpretações de todos os fenômenos de ordem religiosa pelas autoridades eclesiásticas. No entanto, isto gerou uma divisão dos clérigos em duas alas: a dos que estavam desvinculados da realidade social dos sertões e a dos representantes da Igreja que voltavam a atenção à questão social do país, desenvolvendo uma forma de religiosidade muito próxima do entendimento e da realidade do povo. A isso deu-se o nome de "Catolicismo popular ou rústico". Quem primeiro tomou a dianteira deste movimento foi o Pe. Ibiapina - homem justo, que com o apoio dos seus seguidores construiu capelas, cemitérios, açudes, cacimbas e "casas de caridade"; depois, outros grandes líderes deram prosseguimento às suas ideias e atitudes; dentre eles, Antônio Conselheiro e Padre Cícero.

Como alternativa para paliar seu sofrimento, levas de sertanejos migravam para áreas mais promissoras como a zona cafeeira paulista e a da borracha no norte do país. Aqueles que não puderam migrar, tiveram que se submeter à exploração dos coronéis como já mencionamos com anterioridade. A falta de opção para estes últimos fez com que muitos deles tentassem a sorte como cangaceiros ou como messiânicos, como nos expõe Silva (1986, p. 214): "Em face da miséria, da subnutrição, da hostilidade geográfica e da super exploração, os nordestinos só tinham como saída a formação de grupos de jagunços e cangaceiros ou ainda, se juntarem a líderes messiânicos para vencer a miséria e a fome".

Os cangaceiros, antes vinculados à proteção de fazendeiros poderosos, passaram a agir de forma contrária aos interesses destes mesmos oligarcas, contestando a ordem vigente por meio da violência como forma de dar cabo da miséria na qual estavam inseridos. Desta maneira, ao “fazer justiça com as próprias mãos”, saqueavam fazendas, vilas e cidades e espalhavam o terror que posteriormente foi cristalizado em lendas e mitos que até hoje perduram – ora ressaltando suas qualidades altruístas e heroicas, ora denegrindo sua imagem, pintando-lhes como facínoras sedentos de sangue. Sua figura de heróis/ anti heróis dividia e divide opiniões de leigos e teóricos como

Farias (1997, p. 112): "Ressalte-se que tais grupos não possuíam conteúdo ideológico ou revolucionário. Na verdade, o cangaço foi uma reação violenta e cega contra uma sociedade também violenta (em todos os sentidos) e excludente".

Em meio a esta desesperança generalizada, eis que dentre tantos profetas que pululavam na região naquele momento, surge Antônio Vicente Mendes Maciel - O Conselheiro. Proveniente do município cearense de Quixeramobim, peregrinava rezando e pregando o "fim dos tempos" ao mesmo tempo que semeando sonhos de bonança para o povo excluído, construindo, ao longo de sua caminhada, cemitérios e cruzeiros, ganhando discípulos e seguidores fieis por onde campeava.

3 ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL - O CONSELHEIRO, O MESSIAS DO SERTÃO E O ARRAIAL DE CANUDOS

A busca da gênese da personagem Antônio Conselheiro passa, necessariamente, pelo resgate da origem social de sua família (SILVA, 2001, pág. 37).

Vagueando pelos sertões do Ceará (Cariri), Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, após haver flagrado a esposa em adultério com um sargento de polícia, Antônio Conselheiro, que desde criança sentia uma verdadeira vocação pela vida monárquica (incentivada pelos pais com o fim prático de ascender-lhe socialmente), fixa residência à margem norte do rio Vaza-Barris, em um vilarejo no sertão da Bahia por ele rebatizado de Belo Monte, em 1893. O episódio traumático que o catapultou para a vida errante de "peregrino", como ele se autointitulava, é assim narrado:

Brasilina, a prazenteira, ignora completamente o que se passa na alma daquele marido inquieto e torturado de melancolia. Está amando às escondidas, um furriel. Deita-se com seu sargento em horas quentes de amor, aproveitando a ausência de Antônio Vicente. É cálida e impetuosa. Pouco se lhe dá que o aventureiro se torne corno. E continua amorosa, tenra, nos braços do furriel de Ipu, enquanto os filhos choramingam e se enlameiam pelos cantos do quintal. (MACEDO, 1969, p. 121 *apud* ISER, 2008, p. 30).

Ao que Cunha (1984: 109 *apud* Iser, 2008: 34) complementa ao afirmar que:

O plano inclinado daquela vida em declive termina, de golpe, em queda formidável [...] foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas, onde lhe não sabiam o nome: o abrigo da absoluta obscuridade.

Desiludido emocionalmente, decidido a esquecer este infortúnio, Antônio Vicente transforma-se em Antônio Conselheiro, fundador e mentor ideológico do arraial de Canudos (este nome foi dado ao lugarejo pelos que de fora apenas focavam a atenção nos bambus que ali cresciam, negando o carisma de seu verdadeiro nome). Sua plêiade era formada por jagunços, fanáticos e beatos, segundo Guerra (2012) que nada mais eram que camponeses sem trabalho, flagelados arruinados pela Grande Seca de 1877, assim como índios e negros recém libertos, que viam naquele pregador embrutecido um enviado de Deus, ataviado com sua indefectível túnica azul que lhe cobria o corpo imundo. Os cabelos longos e piolhentos completavam a imagem do homem tido pelas autoridades como louco e perigoso. Uma descrição sua pode ser apreciada abaixo, onde a parcialidade do narrador é observada também:

Ali, a sua fisionomia estranha: face morta, rígida como uma máscara, sem olhar e sem risos; pálpebras descidas dentro de órbitas profundas; e o seu entrijar singularíssimo; e o seu aspecto repugnante, de desenterrado, dentro do camisolão comprido, feito uma mortalha preta; e os longos cabelos corredios e poentos caindo pelos ombros, emaranhando-se nos pelos duros da barba descuidada, que descia até a cintura – aterroraram a curiosidade geral (CUNHA, 1984, p. 112 *apud* ISER, 2008, p. 40).

A partir destas características físicas, de seu carisma e do teor apocalíptico de seu discurso, podemos entendê-lo como uma figura messiânica e salvacionista. Apropriando-se do Catolicismo rústico anteriormente mencionado, o Conselheiro busca atender às demandas de toda ordem destes desafortunados que o buscavam. Suas prédicas acaloradas embeveciam os jagunços e são descritas assim por Cunha (1984, p. 110 *apud* Iser, 2008, p. 38-39):

Ele ali subia e pregava, afirmam testemunhas existentes. (...) Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas Marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas (...) Ninguém ousava contemplá-lo. A multidão sucumbida abaixava, por sua vez, as vistas, fascinada, sob o estranho hipnotismo daquela insânia formidável”. Era traunESCO e era pavoroso. Imagine-se um bufão arrebatado numa visão do Apocalipse.

Em Belo Monte não havia roubo nem opressão, impostos não eram pagos; todos eram iguais e tinham os mesmos direitos e deveres. Qualquer um era bem-vindo e bastava uma indicação do Conselheiro para se erigir uma moradia; o casamento não era obrigatório e as mães solteiras eram acolhidas sem preconceito. Apesar de seu crescimento até certo ponto caótico e desordenado como comunidade, o que realmente

lhes importava era o fato de que ali se trabalhava e se rezava. As decisões eram tomadas entre todos, à noite, no retordo da lida. Havia duas escolas e duas igrejas, o que implicitamente formava um tripé com o trabalho em si e que representava o crescimento em todos os níveis. As tarefas laborais na lavoura e na pecuária de caprinos assim como os frutos delas advindos eram divididos entre todos, numa prática muito próxima ao Socialismo, como nos lembram Oliveira et al. (1994, p. 189): "(...) todos trabalhavam e repartiam o fruto desse trabalho igualmente. O trabalho continuava duro, mas agora acalentavam esperança. (...) O misticismo mantinha-os unidos. Eram irmãos na fé e na enxada".

Em resumo: Canudos era um oásis de prosperidade sem ganância na aridez do sertão de fome e penúria, a prova cabal de que a vida digna poderia ser atingida ainda neste “vale de lágrimas”, mas sem a necessidade do vil metal, que mais divide que agrega, nem das promessas infundadas que os padres apregoavam, que se atinham à teoria de uma prática numa vida plena somente após a morte. *Grosso modo*, Canudos era toda uma ameaça aos capitalistas e à Igreja. Não poderia seguir existindo. Para piorar, a ligação dos conselheiristas com o cangaço foi-se estreitando paulatinamente, uma vez que os cangaceiros se prestavam a proteger o arraial. A combinação de ideias salvacionistas difundidas por um líder messiânico congregador, uma grande comunidade de excluídos que atraía ainda mais excluídos e que vivenciava os valores do cristianismo incipiente já era por demais perturbadora para o momento frágil pelo qual a República, implantada há apenas quatro anos, estava passando.

O medo de que a Monarquia estivesse por detrás desta insurreição comedida aterrorizava os detentores do poder secular e religioso, que iniciaram uma articulação para exterminar o arraial de Canudos, que havia se tornado nacionalmente conhecido no governo do Presidente Prudente de Moraes, o primeiro civil à frente da Presidência da República Federativa do Brasil, representante dos cafeicultores. A conjuntura era de intensa agitação política com a pendência do governo anterior em debelar a luta entre federalistas e castilhistas no estado do Rio Grande do Sul. Forte foi a oposição ao novo presidente por parte dos adeptos do “florianismo” radical. No entanto, o maior obstáculo enfrentado por Prudente de Moraes foi, sem sombra de dúvidas, a Guerra de Canudos, que ocupou considerável parte do final de seu mandato.

4 A AMEAÇA REPRESENTADA POR CANUDOS E A SUA EXTINÇÃO

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (Euclides da Cunha).

As pregações saturadas de promessas etéreas e que alardeavam a parúsia por parte de Antônio Conselheiro soavam como um bálsamo para estes sertanejos famintos de alimento para o corpo e sedentos de refrigério para a alma. O resultado direto dos efeitos destas palavras salvacionistas foi o rápido e acentuado processo de escassez de mão de obra sertaneja, o que acabou irritando profundamente os latifundiários. A Igreja, por sua parte ressentia-se da forma como o que o Conselheiro proferia calava fundo em antigos adeptos seus, que então preferiam dar ouvidos a um leigo que se arvorava santo:

A igreja lutou para domar a religiosidade autônoma, estendendo o seu domínio a todas as esferas do sagrado. A inquietude espiritual, a busca incessante de Deus, a impossibilidade de reduzir essa prática à rotina institucional da Igreja, a independência religiosa e a necessidade de liberdade transformaram os beatos - e o maior deles, Antônio Conselheiro - em pedagogos ambulantes, que associavam o pensamento à ação, a procura da paz interior à vivência radical da fé, o caminho à missão. (VILLA, 1997, p. 47).

A ideia tendenciosa que se passava para a opinião pública era a de que Canudos representava o atraso social e o fanatismo religioso, de que a Monarquia os estava utilizando para voltar ao poder. Uma parte considerável da população era veementemente contra a sua manutenção e a favor de que se declarasse morte aos insubordinados. O governo, pressionado a tomar uma posição imediata que restabelecesse a tranquilidade da ordem vigente, atendeu aos interesses destes grupos e de outras “pessoas de bem”, resolvendo exterminar Canudos sem contemplação: "Urgia sufocar o clamor do povo antes que a postura submissa (...) fosse substituída pela altivez de quem acredita na própria força ..." (OLIVEIRA et al. 1994, p. 189).

Para dizimar Canudos e deixar cravado o exemplo repressor, numa tentativa até certo ponto desesperada de desestimular futuras congregações afins que ameaçassem abalar os interesses dos poderosos de então, houve a perda de cinco mil soldados do exército brasileiro entre os anos de 1896 e 1897, período em que durou esta guerra fratricida. Além dos gastos com os soldados, foi desembolsada uma quantia significativa de dinheiro com munição. Foram necessárias, ao todo, quatro expedições para que o objetivo fosse atingido. Nas três primeiras investidas, o exército brasileiro foi surpreendido pelas táticas bélicas e pela pontaria dos conselheiristas, o que, ao fim e ao

cabo, remetiam à fama de santo do Conselheiro, que conseguia debelar as tropas inimigas ainda que com baixas consideráveis. A aparente desordem no alinhamento das casas foi um estratagema pensado por Antônio Conselheiro e que resultou eficaz: serviriam de trincheiras a um ataque organizado dos soldados que um dia ali chegariam. Além do que, ao escolher bem o local onde construiria sua comunidade, o líder religioso foi bastante cauteloso ao buscar um que fosse de difícil acesso aos possíveis invasores e próprio para emboscadas mortais.

Após a terceira derrota, o exército brasileiro passou a ser visto com desconfiança dentro e fora do país. A aniquilação de Canudos virou uma obsessão alimentada pelas críticas negativas. A fim de recuperar crédito e reputação, as táticas recrudesceram-se. Em outras palavras, a preocupação dos militares de onze estados brasileiros que fizeram a ocupação (Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo) restringiu-se não somente a varrer Canudos do mapa, mas em fazer os conselheiristas padecerem o insuportável antes de sucumbir:

Diferentemente das três primeiras expedições, esta última foi estrategicamente planejada e contou com forças mobilizadas em diversos pontos do país. Comandada pelo general Arthur Oscar de Andrade Guimarães - um "florianista vermelho" que, segundo acreditavam seus aliados, liquidaria sem demora o perigoso foco monarquista, a quarta expedição à Canudos reuniu quase 10.000 soldados e o mais moderno armamento bélico disponível. Mas nem assim foi fácil debelar os revoltosos, já que esta etapa final da guerra durou mais de seis meses. Preparada desde de março de 1897, só teria fim em outubro desse mesmo ano, sem a rendição dos subversivos e sem a comprovação de que o arraial servia diretamente à causa restauradora (HERMANN, 1996, p. 16).

De ser assim, nesta última empreitada houve o emprego do supra sumo da crueldade na tomada do arraial insubmisso; numa luta desigual, Canudos foi devastado pelo uso contínuo de querosene, granada e dinamite; mais de vinte mil homens, mulheres e crianças foram exterminados como se fossem uma verdadeira praga social. Morriam às centenas por dia de fome, de sede e de doenças, sitiados que estavam. Quando finalmente as tropas adentraram o arraial, as atrocidades sucederam-se: estrangulamentos acompanhados da gravata vermelha (degola do pescoço onde a língua, ao ser puxada, pendia como uma gravata sangrenta sobre o peito), espisoteamento por coturnos, eventração e outras barbaridades desnecessárias acabaram calando os rebelados. Resistindo ao mais completo esgotamento físico e anímico, em uma atitude que pode ser entendida como suicida, "... uns vinte lutadores esfomeados e rotos, medonhos de ver-se, predispunham-se a um suicídio formidável. (...) vidas concentradas

na última contração dos dedos nos gatilhos das espingardas, combatiam contra um exército" (CUNHA, 1981, p. 399). Canudos, por fim, era um capítulo encerrado:

O Presidente da República, Prudente de Moraes, havia prometido que em Canudos não ficaria “pedra sobre pedra”. Acabada a guerra, era necessário, portanto, apagar os vestígios do que era visto pela ótica do poder como uma insurreição sertaneja. O fim deveria ser exemplar, para que outros movimentos que desafiassem a ordem republicana não se repetissem. Para as autoridades envolvidas era importante “que ali se plantasse a solidão e a morte” (ISER, 2008, p. 67).

Mas até que ponto o sacrifício de mais de vinte mil pessoas miseráveis provocado pela máquina repressora do Estado, ameaçada pela ousadia dos que acordaram e incomodaram, calou outros inconformados? Nestes 514 anos de Brasil oficialmente descoberto, podemos destacar como uma constante em nossa História o real desejo libertário de nosso povo desde os primórdios do período colonial (afora os movimentos separatistas que vêm aflorando no país de tempos em tempos) com a resistência indígena (que preferiam o suicídio à escravidão), e, posteriormente, com a negra (nos quilombos) e a mestiça (como em Canudos). Que lição nos deixaram Antônio Conselheiro e seus seguidores que passaram pelo arraial de Canudos? Deixamos esta resposta para nosso “Águia de Haya”: “Falai por nós, legisladores brasileiros, que falais por vossas almas, por vossos filhos. Temei a expiação com que Deus pune o egoísmo insensível à causa dos mortos” (Ruy Barbosa).

5 CANUDOS E O SERTÃO NORDESTINO NA LITERATURA BRASILEIRA

Algumas são as obras impregnadas de impressões parciais e tendenciosas de seus autores que discordam quanto à importância de Antônio Conselheiro e Canudos, uns exaltando-os, outros os denegrindo. Dentre elas, *O Rei dos Jagunços* (1899), de Manoel Benício, um ex correspondente do *Jornal do Commercio*; outra é *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), de autoria do advogado beberibense Rui Facó. Duas mais recentes, ambas de 1995, provam que o tema Canudos segue igual de interessante para pesquisadores e estudiosos da área: uma do doutor em História Social pela USP, Marco Antonio Villa, que se intitula *Canudos, o povo da terra* e outra do historiador americano Robert M. Levine, falecido em 2003, *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. Uma explicação plausível para a divergência de opiniões acerca deste líder religioso nos é dada por Silva (2001, p. 249):

[...] A personagem histórica Antônio Conselheiro - e sua ação social - ganhou dimensão suficiente para abalar conceitos científicos da época. Por isso, os equívocos cometidos pelos autores, testemunhas oculares daqueles acontecimentos, ao escreverem sobre Canudos, podem ser entendidos como fruto do espanto da descoberta de um mundo pouco explorado (o sertão), causando um forte impacto em suas mentes.

Contudo, indubitavelmente, a obra literária brasileira por excelência que trata da Guerra de Canudos, de Antônio Conselheiro e seus jagunços é *Os Sertões*, de Euclides da Cunha que, como correspondente de guerra para o jornal O Estado de S. Paulo, reuniu material suficiente *in loco* que cinco anos depois lhe serviria para tecer sua obra célebre. João Guimarães Rosa caracterizava o sertão como uma área escassamente habitada; já Euclides via o sertão como a representação do atraso, habitado por uma “raça mestiça” ou pior, uma “sub-raça”. Segundo Iser (2008, p. 19-20),

Já na introdução do seu livro, Euclides da Cunha deixa claras as ideias evolucionistas que lhe orientam a escrita. Referindo-se às sub-raças encontradas no sertão do Brasil, sentencia: “Retardários hoje, amanhã se extinguirão de todo”. Mais do que apenas registrar a Guerra de Canudos, sua tarefa original de jornalista, o autor propõe realizar um estudo de toda a realidade física e geográfica que a abarcava. Assim, Euclides da Cunha empreende uma exaustiva descrição geológica, geográfica e climática do sertão, seguida por uma descrição antropológica do sertanejo no capítulo “o homem”, na qual examina aspectos diversos da vida deste como trabalho, religião e costumes. O arcabouço teórico empregado por Euclides da Cunha mistura as teorias raciais surgidas na Europa na segunda metade do século XIX: o espírito científico da época que unia ao positivismo de Comte o evolucionismo de Darwin e de Spencer.

Euclides da Cunha acreditava, como era de praxe na época, na teoria do embranquecimento, que evitaria assim a miscigenação dos brancos com "raças inferiores", a fim de que se pudesse manter uma certa "estabilidade" e uma definição melhor sistematizada da "raça brasileira". A obra *Os Sertões* se baseia no tripé que Taine estabeleceu, e que hoje se encontra desacreditado, ao conceber o homem como o fruto de três fatores principais: a raça, o momento histórico e o meio ambiente. Para Cunha, os mestiços seriam portadores de uma constituição mórbida ao mesmo tempo que paranóica e seus seguidores idem, “gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, uns vencidos” (Cunha, 1984, p. 110 apud Iser, 2008, p. 21). Ele constrói um relato psicológico do sertanejo fundamentado basicamente em contrastes superficiais: forte, mas descerebrado; corajoso, mas supersticioso, levemente lúcido ainda que fanático. O Conselheiro seria a somatória de todos estes aspectos:

A vida de Antônio Vicente Mendes Maciel e a história do arraial formavam para Euclides peças de um só conjunto, enquanto expressões da religiosidade sertaneja. O Conselheiro, cuja biografia até Canudos poderia ser apenas de um infeliz mas vulgar foragido da lei, ou a de um louco perdido em seus delírios proféticos, assume, a partir da fundação do arraial em pleno sertão, o papel de homem-síntese de uma realidade social e religiosa, a condição do sertanejo pobre (BOSI, 2002, p. 211).

Apesar da campanha coletiva contra esta figura controvertida, comprovou-se, após sua morte e decapitação, que ele “(...) não apresentava nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência: é um crânio de mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes” (RODRIGUES, 2006, p. 89). Este foi um dado essencial para o início do resgate de sua imagem nas décadas que se seguiriam, onde o tempo e a Ciência provariam que Nina Rodrigues, suas teorias e a de outros afins foram ademais de injustas, infundas para com Antônio Conselheiro e seus seguidores.

Independentemente do ponto de vista de Euclides da Cunha sobre os sertões e os sertanejos em si, podemos afirmar que *Os Sertões* perpassa os campos da prosa literária e da prosa científica; pertence, ao mesmo tempo, ao domínio da História, da Sociologia e da Geografia; é uma obra que instaurou um antes e um depois quanto ao tema e que deixou um legado respeitável ao mesmo tempo que opositores ferrenhos. Fazendo nossas as palavras de Silva (2001, p. 247-248),

As faces de Conselheiro, em décadas de estudos, caminhou entre a vida de um santo e a de um revolucionário. Prática historiográfica comum, pois uma personagem histórica ganha diferentes faces a cada geração de pesquisadores. Entretanto, o que diferencia Antônio Conselheiro é que sua imagem, descrita por Euclides, teve um impacto cultural que refletiria durante longo tempo. No caminhar do século XX, essa postura começa a ser lentamente transformada. Esse outro, ou bárbaro, que até então surgia como uma imagem que a elite letrada não queria para si, torna-se gradualmente algo que poderia ser culturalmente valorizado. Curiosamente, essa valorização deu-se via Europa.

Muitos foram e são os autores e obras que trataram e tratam de nossas raízes culturais nordestinas com a parcialidade necessária para defender nosso valor frente a uma constante tentativa de massificação da cultura nacional focada no eixo Rio-São Paulo e que, definitivamente, não nos representa. Nossa distinção dos sulistas é patente em muitos aspectos tangíveis como o resultado das últimas eleições, que reelegeram a Presidenta Dilma Rousseff, por exemplo. Somos obrigados a assimilar, ainda que subrepticamente e de maneira pretenciosamente subliminar, valores, crenças e aspectos outros de uma cultura que não é a nossa, que ainda traz em si a divisão marcante da diferença entre litorâneos e sertanejos. Dentre estes autores, a título de ilustração, podemos citar alguns: Raquel de Queiroz, José de Alencar, Franklin Távora, Graciliano

Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego. O romance regionalista, especialmente característico dos anos 30 do passado século, teve como meta mostrar os conflitos e as contradições de um Brasil que se queria moderno e industrializado, mas que devido aos inúmeros “brasis” que o formavam (e ainda formam), guardava traços arcaicos de uma sociedade agrária, patriarcal e, até certo ponto primitiva e decadente. Havia nestes escritores uma preocupação sociológica e documental, que os distinguiu dos modernistas com seu experimentalismo estético e, muitas vezes, vazio de sentido.

Norteando esta plêiade de artistas da palavra que se dedicaram a desnudar o nordeste literariamente, destacam-se a figura e a obra de Ariano Suassuna, um dos mais obstinados defensores das manifestações culturais de nosso povo. O sertão foi a seara de onde muitas de suas personagens surgiram, ainda que ele não tivesse especial predileção pelo tema da Guerra de Canudos *per se*. Uma de suas obras mais amplamente conhecidas em âmbitos nacional e internacional, *O auto da Compadecida*, tem o seu cenário cravado no sertão pernambucano, onde deslizam personagens caricatas que transpiram o bom humor e a leveza do nordestino para lidar com suas agruras cotidianas, muitas vezes provenientes de seu próprio habitat inóspito. O Movimento Armorial, idealizado com sucesso por Suassuna, tencionava criar uma cultura erudita a partir de elementos comuns da cultura popular e, por extensão, sertaneja. Nele, todas as formas de expressão artística foram contempladas: a música, a tapeçaria, o teatro, a dança, a cerâmica, a pintura, o cinema, a literatura e claro, a literatura, que o representa mais aos olhos do povo.

Seu maior mérito como difusor entusiasta da cultura nordestina foi a tentativa vitoriosa de trazê-la para o centro do cenário cultural de nosso país (que acabou extravasando e rendendo-lhe o merecido reconhecimento internacional), revestindo-a de um trato respeitoso para com suas peculiaridades que a fazem diferente das culturas sulista, nortista e do centro-oeste e tão importante quanto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao darmos por concluído este artigo que enfoca o tema “A literatura no Sertão: diálogos e intertextos no regionalismo”, inferimos que poucos foram os líderes, messiânicos ou não, nordestinos ou não, doutos ou não, que tiveram a oratória arrebatadora e o especial poder de convencimento de Antônio Conselheiro. Como é possível que um homem tido por insano, marcado por uma ferida narcísica profunda, tenha sido capaz de aglutinar em torno de si mais de vinte mil congêneres seus que

bebiam de suas palavras com a mesma sofreguidão que os primeiros cristãos junto a Cristo e, posteriormente, junto a seus discípulos e apóstolos? Como se pode explicar que um homem simples, um antes anônimo Antônio, nordestino com poucos recursos intelectuais, tenha chegado ao patamar de idealizador concreto de uma comunidade fundamentalmente justa e ancorada no Socialismo puro? Quem poderia imaginar que este peregrino proscrito um dia chegaria a liderar um exército de miseráveis como ele e que unidos derrotariam o exército nacional seguidas vezes, enlodando sua prepotência na vergonha do descrédito?

Antônio Conselheiro não escolheu seu séquito, mas foi por ele escolhido; não treinou peritos em armas, mas capacitou uma multidão para lutar com as possibilidades de que dispunham; não foi agraciado com a felicidade pelo destino, mas suas palavras trouxeram refrigério para um povo sofrido, marinado na dor de viver. Sendo pequeno, Conselheiro foi grande. Seu legado não deve nem pode ser subestimado. Graças a autores regionalistas de hoje e de ontem, a difusores de nossa riquíssima cultura nordestina, como o já saudoso e pranteado Ariano Suassuna, e a investigadores atuais do tema da Guerra de Canudos (muitos deles sulistas e destituídos de antigos e requentados preconceitos pertencentes ao âmbito litoral *versus* sertão), esta missão está sendo levada a cabo com o respeito que se merece.

Por onde deambulam os novos antônios conselheiros? Onde estão os líderes com a verve dos de outrora? Se a Antônio Vicente Mendes Maciel lhe houvesse sido conferida a mesma oportunidade que se lhes dava aos litorâneos de então, de crescer cognitivamente a fim de poder instrumentalizar sua própria história de vida condignamente, até onde haveria chegado?

“O nordestino é, antes de tudo, um forte.” (Euclides da Cunha).

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Egídio. **Arquitetura do poder - reflexão crítica da estrutura sócio-política e econômica do Brasil**. 11. ed. Fortaleza: Edição do Autor, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro do descobrimento a Canudos**. Editora Moderna: São Paulo, 1988.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/bib/b171.pdf>. Visto em: 11 nov. 2014.

_____. **Os Sertões**. Volume II, Rio de Janeiro: 1984.

FARIAS, Aírton de. **História do Ceará - dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

FERREIRA, Valéria Rosito. Traições mediáticas: a brasilidade em os sertões e os sertões no cinema. **O Eixo e a Roda**: v. 8, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

GAUDENZI, T. **Memorial de canudos**. Bahiatursa. Fundação Cultural do Estado da Bahia: Salvador, 1993.

GUERRA, Sérgio. Canudos/Belo Monte: imagens contando história. **ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 08: Dobrando esquinas: (outros) trabalhadores e a cidade**.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da república: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, v. 2, n.º. 3, pp. 81-105, Rio de Janeiro, 1996.

HOORNAERT, Eduardo. **Os anjos de canudos - uma revisão histórica**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ISER, Elvia Helena. **A lenda arrepiadora**. Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antonio Vicente Mendes Maciel. Dissertação de Mestrado - PUC (Rio). p. 1-50, 2008.

LEVINE, Robert M. **O sertão prometido - o massacre de Canudos**. São Paulo: EdUSP, 1995.

OLIVEIRA, Jorge Hélio Chaves, CAMPOS, Néelson Luís Bezerra. **História do Brasil - De Pindorama ao Brasil atual**. Fortaleza: Coleção 2º Grau - Colégio Geo Stúdio, 1994.

POLESE, Edna da Silva. **Movimentos messiânicos na produção ficcional da segunda metade do século XX: a figura do líder**. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, Francisco de Assis, BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil - colônia, império e república**. 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

TAVARES, Daniel Eduardo. **A história de Canudos e a guerra**. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/canudos-a-luta-pela-utopia-real-parte-2>. Visto em: 13 nov. 2014.